

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina.

Andréia Galvão.

Cita:

Andréia Galvão (2009). *Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1628>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina¹

Andréia Galvão

*Professora de Sociologia da Unifesp/Guarulhos
agalvao@unicamp.br*

¹ Texto elaborado a partir das discussões do grupo de pesquisa “Neoliberalismo e classes sociais”, vinculado ao Cemarx/Unicamp, ao qual sou grata. Entretanto, sempre é bom lembrar que os problemas aqui presentes são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Este texto se propõe a analisar a composição social, a plataforma reivindicativa e a forma de atuação de alguns movimentos sociais que eclodiram na cena política latino-americana no período recente. Esses movimentos foram escolhidos devido à sua dimensão política: todos eles possuem, cada um à sua maneira, um projeto político e produzem impactos políticos. Apesar da diversidade de projetos e dos diferentes impactos produzidos, e a despeito da heterogeneidade da base social mobilizada em cada movimento, o artigo busca apontar os elementos comuns e a possibilidade de encontrar uma unidade nos distintos movimentos. Essa unidade é pensada a partir de sua ideologia antineoliberal e do conceito de classes trabalhadoras.

Introdução

Nos anos 90, diferentes movimentos sociais eclodem na cena política latino-americana. Alguns deles não são exatamente novos, mas é nesse momento que se tornam mais expressivos, tornando-se conhecidos para além das fronteiras de seus países de origem. São movimentos rurais, como o MST no Brasil; urbanos, como os piqueteiros na Argentina; de caráter étnico, como os movimentos indígenas na Bolívia, Peru, Equador e México.

A presente comunicação não se propõe a analisar cada um desses movimentos isoladamente pois, para isso, seria necessário levar em consideração suas especificidades, bem como o contexto histórico particular dos países em que se desenvolvem. Ou seja, seria preciso discutir sua origem, sua inserção na cena política nacional e sua relação com outros movimentos e instituições políticas, a exemplo de partidos e sindicatos. Antes, pretendemos refletir sobre eles de modo conjunto, apontando seus elementos comuns.

Essa reflexão – que toma por base a bibliografia disponível – propõe-se a considerar os seguintes aspectos: a composição social, a plataforma reivindicativa e a forma de atuação de alguns movimentos sociais latino-americanos que emergiram no período recente. Esses movimentos foram escolhidos devido à sua dimensão política: todos eles possuem, cada um à sua maneira, um projeto político e produzem impactos políticos – tanto no plano interno quanto além de suas respectivas fronteiras nacionais – influenciando movimentos similares em outros países. Para alcançar o objetivo proposto, partimos de algumas questões e de algumas hipóteses:

1) Que condições teriam possibilitado a constituição e a ascensão desses movimentos? A hipótese presente na maior parte da bibliografia sustenta que esses diferentes movimentos, a despeito de sua heterogeneidade, constituem uma resposta aos efeitos nefastos da política neoliberal que vem sendo implantada, desde os anos 70 (se se leva em conta a experiência do Chile) por diferentes governos da região.

2) Que tipo de relação esses movimentos estabelecem com a esfera política? Essa questão contém em si mesma um suposto, qual seja, o de que esses movimentos possuem uma dimensão política, dimensão essa que pode ser observada sob dois ângulos: de um lado, porque se constituem em contraposição a instituições, projetos e medidas políticas; de outro porque ao resistirem a essas instituições, projetos e medidas produzem um impacto político de monta. Esse impacto político passa pela criação de novas forças políticas; por sua posição – de oposição ou apoio – frente aos governos; por sua relação com os partidos políticos e com

os demais movimentos sociais, como o sindical; pela luta por uma inserção institucional ou pela recusa a ela².

3) Como definir esses movimentos? Esses movimentos caracterizam-se pela luta por direitos econômicos, como acesso à terra, garantia de trabalho ou benefícios sociais; e políticos, como o direito à participação política. Não se trata de lutar somente pelo reconhecimento de identidades étnicas ou de “minorias”, pois as reivindicações vão além dessas questões. Também não se trata de novos movimentos sociais *stricto sensu*, não apenas porque alguns desses movimentos não são tão novos assim³, mas porque também não constituem necessariamente uma oposição ao movimento operário e sindical, mas se associam a ele, de formas distintas. Além disso, ao contrário do que propugnam as teorias sobre os novos movimentos sociais, é possível encontrar um caráter de classe nesses movimentos⁴, a despeito da heterogeneidade da base social mobilizada em cada um deles.

Assim, apesar da diversidade de projetos e dos diferentes impactos por eles produzidos, o texto busca apontar os elementos comuns e a possibilidade de encontrar uma unidade nos distintos movimentos. Essa unidade é pensada do ponto de vista analítico, já que concretamente observa-se a ausência de centralização e, muitas vezes, de articulação entre eles. Este texto busca refletir sobre essa unidade a partir de dois elementos: 1) da ideologia antineoliberal, encontrada tanto no discurso quanto na prática dos movimentos; 2) do conceito de classes trabalhadoras⁵. Ao contrário do primeiro, este último elemento não aparece

² Não se trata, portanto, de pensar a autonomia como ausência de vínculos com as instituições políticas, sejam elas Estado, governos ou partidos, ao contrário do que propugna a bibliografia produzida sob a influência da teoria dos novos movimentos sociais (ver Tatagiba, 2008). Diferentemente do que defendem os autores ligados a essa corrente, os movimentos sociais não têm propósitos meramente culturais, de transformação da sociedade civil, mas também políticos, mesmo que a tomada do poder de Estado não esteja em questão. Daí a necessidade de se distinguir as diferentes dimensões da luta política que, esquematicamente, podem ser resumidas nos seguintes aspectos: 1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”); 2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania, preservação e ampliação de direitos sociais (luta que, no presente contexto, assume uma perspectiva antineoliberal); 3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual; 4. Luta anti-sistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social. A questão da política e do poder será retomada adiante.

³ O campesinato é um velho sujeito social, que alguns autores, inclusive marxistas, com a disseminação das relações de produção capitalista no campo, consideraram que estivesse fadado ao desaparecimento (por se tratar de uma classe não central no modo de produção capitalista). Aqui, é importante destacar a importância do movimento camponês na Revolução Russa de 1905, na Revolução Mexicana (1910-20), na Revolução Boliviana (1952), as Ligas Camponesas no Brasil (1954-64). O mesmo se pode dizer dos indígenas, cujos levantes em prol da reconstrução da nação andina marcaram a Bolívia e o Peru no século XVIII.

⁴ Sobre reconhecimento, ver a polêmica entre: Honneth, 2003 e Frazer, 2001. Sobre novos movimentos sociais, consultar: Melucci, 1980, Offe, 1985 e Touraine, 1985. Sobre a relação entre classes e movimentos sociais, Eder, 2001; Sallum Jr., 2003.

⁵ Cumpre esclarecer de que maneira utilizamos o conceito de classes. Em primeiro lugar, descartamos os conceitos de classe que se circunscrevem à renda e/ou dimensão ocupacional. Em segundo lugar, a nosso ver, a posição de classe não pode ser considerada como mero reflexo da posição econômica. Mas se entendemos que não há uma relação mecânica entre posição no processo produtivo e posição de classe, isso não significa que não haja nenhuma relação entre ambas: consideramos que a localização no processo produtivo circunscreve um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Empregamos o termo classes trabalhadoras no plural para nos referir a um conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais – que compreende o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias – que se distingue quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo estabelecido com a pequena propriedade. Essa distinção compreende: trabalho manual e não manual, assalariado e não assalariado, produtivo e improdutivo, tarefas de direção e de execução.

claramente no discurso dos movimentos, nem é uma hipótese explorada pela maior parte da bibliografia que analisa os movimentos sociais latino-americanos no período recente mas, a nosso ver, é possível relacionar a eclosão desses movimentos à condição de classe e aos interesses de classe de seus participantes⁶. Não estamos com isso sustentando que as novas contradições sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo se reduzem aos conflitos de classe⁷, tampouco estamos circunscrevendo as formas sob as quais os conflitos se apresentam ao universo do trabalho, mas entendemos que “todo movimento social em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas” (Béroud et al., 1998, p. 58), centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa (Vakaloulis, 2003)⁸. Assim, ainda que haja outros conflitos, “o trabalho segue central para a definição do capitalismo e o aumento da desocupação não nega essa centralidade” (Campione; Rajland, 2006, p. 305). Trata-se, pois, de pensar a possibilidade estrutural da ação coletiva, “as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais” (Mouriaux, Béroud, 2005, p. 166)⁹.

Para discutir essas questões, esta comunicação se divide em 3 partes: na primeira, tratamos da relação entre neoliberalismo e movimentos sociais; na segunda, da composição social dos movimentos e suas formas de luta, buscando introduzir a dimensão de classe; na terceira, das reivindicações e suas implicações políticas, discutindo a questão da institucionalização, da luta pelo poder e do potencial anti-capitalista dos movimentos.

1. A relação entre neoliberalismo e movimentos sociais

As causas que se encontram na origem desses diversos movimentos sociais são múltiplas, mas é possível encontrar, em todos eles, um aspecto comum: eles constituem uma reação ao neoliberalismo, muito embora a política neoliberal se apresente sob formas distintas e tenha sido aplicada com intensidade variada nos países latino-americanos. A Argentina talvez tenha sido o caso mais exemplar de uma política neoliberal levada ao extremo, cujo colapso teve um efeito devastador, dando origem à crise de dezembro de 2001. A crise

⁶ Tischler (2004) entende que os recentes movimentos sociais latino-americanos atualizaram a questão da classe e da luta de classes. Parece-nos que essa é uma pista interessante a ser seguida, mesmo que não estejamos de acordo com sua teoria da revolução, próxima à de Holloway (2003), autor que comentaremos brevemente neste texto.

⁷ Nesse aspecto, concordamos com Laclau e Mouffe (1985).

⁸ Ceceña (1997) apresenta uma compreensão semelhante acerca da diversidade das relações de opressão e da ampliação da dominação capitalista para além do espaço fabril, porém, compreende esse fenômeno de modo distinto dos autores acima citados. Para a autora, “a classe tende a ser borrada a partir da extensão do processo produtivo para âmbitos diversos”, de modo que parece ser impossível fazer uma análise em termos de classe. Não é à toa que o zapatismo fala em nome da “humanidade”, categoria incorporada pela autora a sua análise. A contraposição não é mais entre capital/trabalho, mas sim entre capital-mercado/humanidade. A humanidade seria o resultado da confluência de minorias que se opõem à mercantilização da vida e às regras do mercado: competição, exploração, falhas da democracia, minorias essas que podem produzir um processo civilizatório distinto ao do capital e, assim, reconstruir a humanidade. Essa perspectiva desloca a exploração do trabalho pelo capital e, com isso, os fundamentos estruturais do conflito social, do centro da análise. Como alerta Borón (2003a), o uso de expressões ambíguas como humanidade, sociedade civil, democracia, tanto pelo zapatismo quanto pelo pensamento crítico latino-americano pode conduzir a equívocos.

⁹ A “origem comum [dos diferentes movimentos sociais], se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização” (Vakaloulis, 2005, p. 132).

financeira provocada pela paridade peso/dólar deu origem ao *corralito* (retenção de dinheiro nos bancos, mediante o estabelecimento de um limite semanal de retirada) e provocou a explosão do desemprego e um empobrecimento generalizado. Essa conjuntura deu origem a movimentos distintos, cuja unidade pode ser encontrada no questionamento do neoliberalismo. São movimentos que reagem ao desemprego, à precarização e à pobreza, exprimindo o descontentamento com as falsas promessas do neoliberalismo e com o slogan da modernidade: compreendem o painel da classe média contra o *corralito*, os piquetes dos desempregados, o movimento das fábricas recuperadas, as assembleias de bairro (Chesnais, Divès, 2002; Dinerstein, 2004; Campione, Rajland, 2006; Palomino, 2006; Svampa, 2006a e 2006b; Novaes, 2007).

Isso indica que o impacto negativo do neoliberalismo afetou não apenas a classe operária, mas também as classes médias e até “grupos de burguesia dependente vinculados ao mercado interno” (Quijano, 2004, p. 75), produzindo uma contínua e crescente polarização social da população: “As três décadas de neoliberalismo na América Latina criaram as condições, as necessidades e os sujeitos sociais de um horizonte de conflitos sociais e políticos” (Quijano, 2004, p. 82). Evidentemente, as maneiras pelas quais o neoliberalismo afeta as diferentes classes e frações são diferentes e as possibilidades dos diferentes movimentos se unificarem concretamente (ou seja, para além da unidade possível de ser encontrada analiticamente) num movimento mais amplo depende de sua capacidade de encontrar um denominador comum em torno do qual articular as distintas demandas.

Esses movimentos denunciam os tratados de livre comércio, a ingerência dos organismos multilaterais sobre as políticas governamentais, declaram-se antiimperialistas¹⁰, criticam o capitalismo neoliberal, demandam a igualdade de direitos políticos, econômicos e sociais e o reconhecimento da dignidade humana. Criticam a mercantilização de diferentes esferas da vida social, opõem-se ao desmantelamento de instituições de proteção social, rechaçam acordos com o FMI.

A diversidade étnica, fortemente presente em países como Bolívia, México, Equador, agudiza as contradições sociais, elas mesmas já amplificadas pela política neoliberal. A questão étnica está, a nosso ver, entrelaçada tanto ao problema da identidade nacional – cujas raízes históricas remontam ao passado colonial –, quanto à dimensão de classe, como veremos na próxima sessão. Os movimentos de caráter étnico insurgem-se contra o colonialismo e a opressão *criolla*, defendendo a autonomia indígena e Estados plurinacionais, que reconheçam a autodeterminação e os direitos coletivos dos chamados povos originários.

O caso mexicano exprime bem essa confluência de demandas de natureza variada, tendo produzido movimentos significativos em Chiapas e Oaxaca. A região de Chiapas tornou-se mundialmente conhecida a partir do levante de 1º de janeiro de 1994, quando os zapatistas se insurgiram contra a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Trata-se de uma luta pelo resgate da identidade e da autonomia, pela dignidade, que passa pela “recuperação e defesa da cultura, do fortalecimento da luta pelos direitos humanos individuais e coletivos, assim como pela geração de novas formas democráticas de participação nos assuntos públicos” (Gándara, 2004, p. 104). O conflito social em Chiapas deu origem a diversas interpretações, que destacam seu caráter multidimensional e multicausal. Tem uma dimensão nacional, ainda que relacionada à luta contra a globalização neoliberal; e política, ainda que não se proponha a tomar o poder¹¹. Suas

¹⁰ E alguns deles anti-capitalistas, embora esse elemento faça mais parte do discurso do que da prática política dos movimentos.

¹¹ Voltaremos a essa questão adiante.

demandas vão além das reivindicações de direitos indígenas (cuja incorporação está relacionada às carências e marginalização à que essa população foi historicamente submetida)¹². Compreendem a luta pela transformação do Estado e da sociedade, por meio da constituição de estruturas de representação política e de exercício de governo alternativos (Gándara, 2004). “O levante zapatista está longe de ser um movimento somente étnico, menos ainda que busque a instauração de uma sociedade puramente indígena e a separação do Estado mexicano. Muito pelo contrário, os insurgentes chiapanecos procuram se integrar efetivamente no país, eles querem permanecer indígenas, mas também mexicanos, e como eles próprios afirmam, querem um ‘mundo onde caibam muitos mundos’ (Hilsenbeck Filho, 2007/2008, p. 111-112). Para o autor, não se trata apenas de luta pela identidade, mas de um movimento de “liberação”, que compreende diversos aspectos da vida social.

Oaxaca tornou-se conhecida em 2006, a partir de um movimento desencadeado por associações de professores em greve por aumento de salário e melhorias no sistema educativo que ocupou por oito meses o centro da capital do estado. Esse movimento também exprime uma reação ao governo corrompido do PRI (mais particularmente, à eleição fraudulenta de Ulyses Ruiz ao cargo de governador em 2004) e à deterioração das condições de vida da população: 2/3 da população daquele estado é indígena, 3/4 vive na pobreza, sendo que a situação sócio-econômica foi agravada pelo Nafta, que piorou as condições de vida no campo, levando à migração. Também as mudanças constitucionais promovidas pelo governo Salinas de Gortari, possibilitando a divisão e venda das terras comunais, produziram forte impacto num estado onde 85% do território é de propriedade comunal, ao levar à remercantilização das terras e ao fim dos *ejidos*. Esses antecedentes mais amplos levaram ao apoio ao movimento dos professores e à ampliação de suas demandas, de modo que o movimento que passa de uma ação corporativa (greve dos professores) à luta pela destituição do governador (Gogol, 2007). Para Brancalone, 3 fatores possibilitaram a conversão de um movimento sindical de categoria numa “rebelião social generalizada” (ou numa “poblada”, nos termos de Almeyra, 2008, p. 98): 1) “o progressivo processo de politização da questão indígena”, que passa pela “tentativa de promover experimentos democráticos radicais com base nas tradições da vida comunal” (Brancalone, 2007/2008, p. 140); 2) a capilaridade do sindicato dos professores, possibilitando-lhe canalizar a insatisfação popular; 3) a hostilidade e repressão estatal, permitindo ao movimento angariar simpatia e solidariedade de outras parcelas da sociedade.

O caso boliviano também é bastante ilustrativo dessa confluência de fatores: a Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade, de 1990, constitui uma reação às políticas de ajuste estrutural que passaram a ser aplicadas em 1985 (com a eleição de Victor Paz Estenssoro) e que se chocavam com as autonomias departamentais, já que pretendiam restaurar a autoridade e a unidade do Estado (Regalsky, 2007), e com as autonomias indígenas, como a justiça comunitária. O ciclo de protestos, que envolveu organizações sindicais indígenas e de bairro e provocou a queda dos presidentes Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa, rechaçava os efeitos da política neoliberal, como “o aumento das tarifas dos serviços públicos (principalmente a água) e a desnacionalização da economia [que resultou no] (controle transnacional dos hidrocarburetos)” (Stefanoni, 2007, p. 54). A privatização das minas estatais e as mudanças técnico-produtivas provocaram a demissão de cerca de 24 mil mineiros (Stefanoni, 2002, p. 4), levando à perda de sua hegemonia no interior do movimento sindical representado pela Central Operária Boliviana (COB). Este fato contribuiu para fortalecer o movimento camponês e para sua articulação com o movimento sindical, já que mineiros se

¹² Almeyra (2008, p. 95) aponta a ausência de unidade entre os movimentos indígenas e lembra que o movimento indígena não se reduz ao zapatismo.

tornaram camponeses após terem sido “desalojados das minas estatais que foram privatizadas entre 1985 e 1988” (Sanjinés, 2004, p. 210). Também contribuiu para reativar o nacionalismo indígena, contra as transnacionais que adquiriram as empresas privatizadas (Do Alto, 2007, p. 90).

Esses movimentos produziram ações bastante expressivas, como a Marcha mineira Pela Vida e Pela Paz (1986), marchas *cocaleras* contra os planos de erradicação do cultivo de coca, patrocinados pelos EUA: Pela Vida, a Coca e a Soberania Nacional (1994) e Pela Vida e a Soberania Nacional (1995). Além das marchas, destacamos a guerra da água, de Cochabamba (2000), contra a privatização do serviço municipal de água (Consórcio Águas Del Tunari), que provocou o aumento do preço da água e também assegurou à empresa o controle sobre os sistemas de irrigação e poços administrados pelas próprias comunidades camponesas; os bloqueios *aymaras* em La Paz, em 2000 y 2001; e as guerras do gás, em 2003 e 2005, contra um consórcio transnacional de exportação do gás para o México e os EUA via Chile, país para o qual a Bolívia perdeu seu litoral marítimo no século XIX. As guerras do gás também desencadearam uma campanha em prol da nacionalização e reestatização dos hidrocarburetos e da convocação de uma Assembléia Constituinte¹³.

Esses exemplos indicam que esses movimentos exprimem uma crítica ao neoliberalismo e, ao mesmo tempo, sinalizam que as críticas e resistências à política neoliberal provocam mudanças e adaptações no neoliberalismo, contribuindo para deslegitimá-lo política e ideologicamente, bem como para modificar o cenário político da região, por meio da eleição de partidos de centro-esquerda¹⁴.

2. A composição social dos movimentos e as formas de luta

Esses movimentos possuem uma abrangência social ampla, sendo possível apontar, em alguns casos, a múltipla condição dos mobilizados: no exemplo de Oaxaca, os mobilizados são, a um só tempo, indígenas, mulheres, jovens e trabalhadores urbanos (professores) (Gogol, 2007).

Essa múltipla condição indica que, para além dos pertencimentos de ordem étnica, de gênero, geracional, é possível identificar um caráter de classe nesses movimentos. Contudo, o caráter de classe nem sempre é explicitado pelo próprio movimento: os zapatistas, por exemplo, falam em nome da dignidade humana. Além disso, como afirmamos anteriormente, o conceito de classe não é muito utilizado pela bibliografia, embora seja possível encontrar autores que procuram ao menos indicar seu potencial analítico nos diferentes casos latino-americanos¹⁵.

¹³ Embora a Venezuela não esteja incluída entre os países mencionados neste trabalho, pode-se mencionar o Caracazo, de 1989, quando se registraram saques provocados pelo aumento generalizado do preço de produtos de primeira necessidade, após a eleição de Carlos Andres Perez.

¹⁴ Este aspecto confirma o interesse da contribuição de Tarrow (1994), para quem os movimentos sociais são influenciados pelo sistema político, bem como buscam exercer influência sobre ele. Isto posto, seria interessante analisar seu impacto sobre a nova configuração política da América Latina, mediante a eleição dos diferentes governos de esquerdas. Não vamos aqui, porém, discutir a natureza dos governos comandados por esses partidos.

¹⁵ O katarismo, por exemplo, desenvolve-se na Bolívia nos anos 1970 e é caracterizado pela defesa da articulação entre a consciência étnica *aymara* e a consciência de classe camponesa (Garcia Linera, 2006, p. 198). No caso zapatista, a despeito de justificarem sua rebelião em nome “reconstrução da humanidade”, “os indígenas estão integrados e se relacionam com uma estrutura política e econômica de matriz classista, por isso sua luta de resistência se dá no enfrentamento de classes sociais e seus representantes, e não com um mundo genérico não indígena, o ocidental” (Hilsenbeck Filho, 2007/2008, p. 112). Iñigo Carrera (2007, p. 3) vale-se de um conceito amplo de classe operária, que inclui todos “os expropriados das condições materiais de existência, que só podem

A nosso ver, a intersecção entre identidade étnica e de classe é visível tanto no caso do sindicalismo mineiro boliviano (operários), quanto dos camponeses produtores de coca. Estes, ademais, assumiram a hegemonia no movimento sindical sucedendo os mineiros, que haviam sido hegemônicos até 1985 (Stefanoni, 2002, p. 4)¹⁶. Sob a hegemonia dos *cocaleros*, observa-se a convergência de diferentes movimentos e categorias sociais: operários metalúrgicos, mineiros, professores, camponeses. A despeito de suas diferenças, construíram sua unidade na luta, superando a dispersão e a fragmentação e abarcando setores indígenas e não indígenas, mestiços, rurais e urbanos. Os *cocaleros* encamparam reivindicações de outros setores, adquirindo legitimidade nacional (García Linera, 2006, p. 203). Participaram da Guerra da Água, mesmo que não fossem diretamente afetados pelo problema ali colocado: “O processo de demanda de reconhecimento identitário começou a se ligar às reivindicações camponesas e de classe, à demanda pela terra e pelo território e, pouco a pouco, à luta pelo controle dos recursos naturais [...] a Guerra pela Água [2000] como confluência dos movimentos urbanos com os camponeses” (Regalsky, 2007, p. 56). Assim, a luta é, a um só tempo, contra a opressão econômica, de um lado, e contra a opressão sócio-cultural (provocada pela condição indígena), de outro (Do Alto, 2007, p. 88). É possível, desse modo, compreender porque o movimento boliviano culmina na construção de um instrumento político, o MAS, cujo lema é “unidade na diversidade” (García Linera, 2006, p. 205).

As convergências entre trabalhadores de categorias ou universos distintos (no caso boliviano, urbanos e rurais; no caso dos zapatistas, a confluência entre guerrilheiros revolucionários e indígenas), ocorrem em outras experiências: no caso argentino, verifica-se a confluência entre trabalhadores (assalariados entram em greve para obter o pagamento de salários), desempregados (sobretudo operários) e classe média, que passa por um processo de pauperização (Quijano, 2004; Chesnais, Divès, 2002). Dinerstein (2004) mostra que os trabalhadores do setor público, que correspondem, em grande parte, à classe média, foram afetados pelo plano de austeridade proposto pelo ministro Cavallo na tentativa de manter a conversibilidade peso/dólar antes do estopim da crise, o que os levou não só a apoiar as greves e os bloqueios de estrada como também as manifestações, “o que marcava um *salto qualitativo* na mobilização popular” (Dinerstein, 2004, p. 248).

No caso brasileiro, a composição social do MST inclui desempregados urbanos e trabalhadores informais, bem como camponeses expulsos de suas terras. Com efeito, a política neoliberal bloqueia as possibilidades de acomodar os ex-camponeses e assalariados rurais nas cidades. Impossibilitados de encontrar um emprego, mesmo que no setor informal, estes se

obter seus meios de vida sob a forma do salário, quer o obtenham ou não”, para apontar o processo de proletarianização e pauperização dos trabalhadores argentinos. Esta referência indica que a condição de classe do trabalhador desempregado constitui uma preocupação para uma parte da bibliografia: “A autodenominação de trabalhadores desocupados, que poderia resultar contraditória em seus próprios termos, constitui sem embargo uma metáfora breve e suficientemente clara em significação: assumir-se como e desde o ser trabalhador, ainda que desempregado” (Campioni; Rajland, 2006, p. 306). “A organização dos desocupados foi uma refutação prática do discurso que a considerava impossível nessa parte da classe operária” (Iñigo Carrera, 2007, p. 8).

¹⁶ “As organizações cocaleras conseguiram se converter, desde fins dos anos oitenta, em um dos componentes mais ativos da luta social na Bolívia e um dos setores que mais contribuíram para revitalizar e fortalecer o movimento sindical camponês. Esta emergência como movimento social se vincula principalmente à ‘intromissão’ do Estado boliviano (e dos Estados Unidos) em sua atividade produtiva – no marco da ‘luta contra o narcotráfico’ – mediante planos de erradicação forçada e desenvolvimento alternativo que restringem a ‘liberdade de mercado’ promovida pela letra do neoliberalismo [...] O movimento cocalero foi conseguindo – mediante uma eficaz batalha simbólica – inscrever sobre a superfície discursiva de um espaço político uma série de significados que lhe permitiram passar da expressão dos interesses econômico-corporativos dos cultivadores de coca, à articulação parcial de uma vontade nacional-popular que interpela o modelo econômico e institucional vigente no país desde 1985” (Stefanoni, 2002, p. 19 e 21).

juntam ao MST. O mesmo acontece com os desempregados urbanos, ao serem negadas as oportunidades de se reintegrar à empresa ou de serem “requalificados” e transferidos a uma outra ocupação. Nesse sentido, as conseqüências das políticas neoliberais, no campo e nas cidades, acabam fornecendo uma base social para a expansão do MST (Coletti, 2002).

Esses movimentos, tão diversos em sua composição social e em suas demandas, também se diferenciam em termos de correntes e tendências político-ideológicas, bem como em suas formas de atuação. Estas são condicionadas pelas tradições locais, de modo que não há características únicas. Por exemplo, os países com forte presença indígena são marcados por experiências coletivistas e comunitárias; os países mais industrializados, com um proletariado urbano mais expressivo, são marcados pela experiência do movimento sindical e por suas relações com os partidos políticos e com o Estado, a exemplo do corporativismo no México, Brasil e Argentina.

O caso argentino deve ser compreendido à luz da tradição peronista: os piqueteiros expressam a ruptura com os sindicatos peronistas, bem como a rejeição ao sistema político e aos partidos tradicionais¹⁷. O MST brasileiro se constitui em oposição à Contag, confederação dos trabalhadores agrícolas inserida na estrutura sindical corporativa. No México, tanto os zapatistas quanto a comuna de Oaxaca se insurgem contra o monopólio do PRI, evidenciado nos 70 anos de domínio desse partido.

Os movimentos latino-americanos se originam ou se amplificam num contexto de crise da democracia representativa, cuja expressão são os limites à participação popular (decorrentes de sistemas políticos excludentes) e a degeneração de instituições políticas tradicionais (partidos e sindicatos marcados pela corrupção, por práticas autoritárias e pela incapacidade de representar as demandas sociais que emergem nesse novo contexto histórico). Sua constituição desafia o espaço institucionalizado da política tradicional, fazendo frente à crise de representação, recusando a democracia delegativa e buscando novas formas de participação. Essas formas de participação passam pela constituição de organismos sem inserção no sistema político tradicional, a exemplo das assembléias de bairros na Argentina, da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO)¹⁸, dos municípios autônomos de Chiapas, que constituem uma espécie de “duplo poder”, na medida em que as autoridades territoriais constituem-se paralelamente ao Estado central e gozam de autonomia¹⁹, já que controlam, através de assembléias comunitárias e autoridades tradicionais ou sindicais, o que ocorre em seu espaço territorial. Essas organizações implementam experiências de democracia direta (deliberação por meio de assembléias, conselhos) e adotam formas democráticas de representação política: eleição para a escolha de representantes, rotatividade

¹⁷ Dinerstein (2004) mostra a relação entre os movimentos sociais argentinos e o processo de democratização pelo qual passou aquele país, apontando o descompasso entre democracia (entendida não apenas no âmbito político, mas também econômico e social) e participação como uma das razões da intensa mobilização social verificada em fins do século XX e início do século XXI. Esta não é fruto do acaso, mas sim o produto de “transformações qualitativas” gestadas desde a ditadura militar de 1976 que incluem, entre outros, o tratamento dispensado aos movimentos sociais, mudanças na estrutura social, a crise das organizações sindicais peronistas e o surgimento de novas formas de organização. A relação entre a “rebelião argentina” e a crise da ditadura também é desenvolvida por Campione; Rajland (2006).

¹⁸ Almeyra (2008, p. 89) caracteriza a experiência de Oaxaca como um movimento cívico, democrático e constitucionalista, a um só tempo legalista e subversivo, porque enfrenta o aparato estatal existente e busca constituir estruturas próprias de poder.

¹⁹ Cumpre notar que a dualidade de poderes, a rigor, constitui expressão de uma crise revolucionária, tendo, portanto, caráter transitório (Borón, 2003b). Numa situação revolucionária, a correlação de forças encontra-se em relativo equilíbrio, podendo levar tanto à vitória dos dominados quanto à reafirmação do poder dos dominantes. Não é esse o caso da Argentina ou do México.

nos cargos, revogabilidade dos mandados, o princípio de “mandar obedecendo”, que caracteriza os zapatistas. a participação em assembleias constituintes, cujos representantes não seriam escolhidos “via partidos ou eleições tradicionais” (Almeida, 2006/7, p. 75).

Além de experiências de democracia direta, as formas de luta incluem práticas de autogestão (no caso das fábricas recuperadas) e ações de solidariedade, dentre as quais se destacam os clubes de troca (espaços destinados à troca de bens e serviços, que têm moeda própria: o crédito social), *merenderos* e *comedores* da Argentina. Também é possível encontrar mecanismos historicamente empregados pelo movimento operário²⁰, como barricadas, piquetes e ocupação de fábricas e edifícios públicos, acrescidos dos bloqueios de estrada promovidos por mineiros e camponeses, dos saques promovidos pelos desempregados, dos pannels da classe média, da ocupação de terras pelos sem-terra. Algumas experiências valem-se habilmente dos meios de comunicação, como o rádio e a própria internet, para difundir suas bandeiras de luta para além de suas fronteiras, a exemplo do caso mexicano (tanto em Oaxaca como em Chiapas) e ainda assumem um perfil militarizado, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Cumpre destacar também o recurso às marchas, que buscam dar visibilidade aos conflitos e angariar a solidariedade de outras parcelas da sociedade.

Alguns movimentos surgem espontaneamente, por fora de estruturas institucionais e partidos políticos tradicionais e até mesmo sem a mediação de sindicatos, como os movimentos de desempregados, das fábricas recuperadas e as assembleias de bairro argentinas. As jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, que culminaram na queda do presidente Fernando De la Rúa e na adoção do lema “*que se vayan todos*”, caracterizou-se pela ausência de organizações de trabalhadores, salvo os de extrema esquerda. Estes, todavia, não dirigiram o movimento, de modo que a participação se deu de maneira individual e não organizada (Palomino, 2006). Outros movimentos, embora contem com a participação de organizações de esquerda em seu processo de constituição, dão origem a outras forças políticas e espaços organizativos. Esse é o caso de algumas associações de piqueteiros na Argentina, do MST no Brasil, do *Pachakutik* no Equador²¹, do Movimento ao Socialismo (MAS) e do Movimento Indígena Pachacuti (MIP) na Bolívia, do EZLN em Chiapas.

3. As reivindicações e suas implicações políticas

É possível afirmar que esses movimentos, cujas singularidades estão relacionadas às experiências político-organizativas e à história pregressa dos países em que se desenvolvem, exprimem uma recusa às instituições políticas tradicionais, recusa essa que passa pela criação de novas forças políticas – ainda que a relação com organizações já existentes não esteja descartada. Aqui também é possível observar características diferenciadas quanto à participação nos espaços institucionalizados, já que, na maioria dos casos, verifica-se uma recusa a esse tipo de participação, muito embora a criação de novas forças políticas destine-se, por vezes, a assegurar essa participação por fora das organizações tradicionais.

Esse debate não pode ser traduzido em termos dicotômicos, numa polarização entre autonomia X institucionalização. Antes de mais nada, é necessário qualificar o que se entende por institucionalização. Ela compreende tanto a constituição de novas instituições (que

²⁰ Esse aspecto também é destacado por Almeyra (2008, p. 99), em sua análise sobre Oaxaca.

²¹ Todavia, os indígenas que se sublevaram em 1990, organizados na Conaie, dialogaram diretamente com o Estado, sem a participação das principais instituições democráticas como os partidos políticos e o Congresso. A interlocução direta com o presidente, sem passar pelos mecanismos da democracia representativa, ocorre devido à exclusão dos indígenas do sistema político (Dávalos, 2004).

tendem à burocratização à medida que se consolidam) quanto a participação em instituições já reconhecidas pelo sistema político. Nesse sentido, todo movimento social cria instituições e/ou se relaciona com as instituições políticas existentes, ainda que o faça de formas e em graus variados. O aspecto que nos parece central é a discussão sobre autonomia, para verificar se a relação com outras organizações e a participação nos espaços institucionalizados da política implica o abandono de sua plataforma reivindicativa e se comporta o risco de cooptação²². Isso não significa associar automaticamente participação e cooptação. A participação não é por si só virtuosa, nem, de maneira oposta, a causa de todos os males. Por outro lado, a recusa à participação não é sinônimo de sectarismo e isolacionismo. É necessário avaliar a conjuntura em que ela se produz.

Qualquer que seja o caso, esses movimentos contribuem para politizar a sociedade civil, ampliando as fronteiras da política e promovendo novas práticas. Desse modo, “apagam as fronteiras tradicionais entre política e sociedade”, fazendo política “desde a sociedade” (Palomino, 2006, p. 310) e ampliando as fronteiras da cidadania. Assim, é possível afirmar que o caráter político é um elemento comum aos diferentes movimentos sociais. Apesar da diversidade de objetivos, a política é o fim último. Isso significa que lutam “por mudanças nas relações de poder/sociais e com o Estado” (Palomino, 2006, p. 332)²³.

Feitas essas considerações, voltemos aos movimentos para analisar de que maneira se relacionam com a esfera política e as instituições políticas. Algumas experiências buscam constituir uma alternativa de poder, ainda que não necessariamente numa perspectiva anti-capitalista. Essa alternativa de poder assume contornos variados: alguns movimentos procuram implementar mudanças na concepção de Estado a fim de democratizá-lo, lutando em seu interior; outros buscam constituir alternativas de poder em âmbitos locais e por fora do Estado, a exemplo da constituição de territórios autônomos baseados em critérios étnicos, como no caso do zapatismo. O zapatismo é uma experiência de poder alternativo que não busca a tomada do poder estatal. Outros movimentos não se colocam a questão da tomada do poder, seja porque limitam sua atuação ao encaminhamento de demandas ao Estado (reivindicando políticas públicas e benefícios sociais para assegurar a subsistência imediata dos grupos por eles organizados), seja porque, mesmo que busquem constituir alternativas de poder, não buscam lutar contra a ordem social vigente, mas apenas no seu interior²⁴.

Os movimentos étnicos têm como objetivos a “redefinição da questão nacional dos atuais Estados e a autonomia territorial das nacionalidades dominadas” (Quijano, 2004, p. 78). Como já destacamos anteriormente, observa-se, aqui, um entrecruzamento de demandas. O movimento equatoriano, por exemplo, articula um projeto nacional (como a proposta de plurinacionalidade do Estado), à uma identidade étnica.

²² Ao mesmo tempo, convém destacar a necessidade de discutir os limites da luta meramente institucional (quando a via legal é a única opção ou a opção prioritária), que produz uma tendência à acomodação, ao conformismo, à integração à ordem, ao respeito às “regras do jogo”. Pode-se lutar contra as instituições existentes, mas apenas para substituí-las, mantendo-se o arcabouço institucional e suas regras de funcionamento.

²³ Conforme outros autores: os movimentos sociais desempenham um “papel crítico” na luta política na América Latina, que se dá em torno dos parâmetros da democracia e da própria definição da arena política, compreendendo “seus participantes, instituições, processos, agenda, campo de ação” (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000, p. 15).

²⁴ Cumpre esclarecer que não consideramos que uma luta travada no interior da ordem e contra o poder instituído seja *necessariamente* incompatível. Seguimos aqui a tese de Dinerstein (2003) que, ao analisar o movimento piqueteiro, afirma não haver dicotomia entre o que denomina estratégia do poder e do contra-poder. Dito em outras palavras e para recuperar a terminologia clássica, o grande desafio dos movimentos que se pretendem anti-capitalistas está em articular a luta por reformas com a perspectiva revolucionária.

Com efeito, os indígenas viam o movimento social não como complemento à democracia, mas como questionamento da democracia existente, como forma de disputar a hegemonia na construção de um novo Estado, de redefinir as regras do jogo político. Concebem a proposta de um Estado plurinacional, que se baseia em: “reforma jurídica sob condições de pluralismo jurídico, direitos coletivos, reconhecimento dos territórios ancestrais sob a figura das circunscrições territoriais, reconhecimento das instituições econômicas ancestrais etc” (Dávalos, 2004, p. 187). Estabelecem uma política de alianças como outros setores sociais, com quem se unem para deter a privatização da seguridade social, na tentativa de resistir à modernização neoliberal.

Nesse processo, porém, os indígenas constituem organismos para atuar no interior do sistema político, como o movimento *Pachakutik* no Equador, “criado com o objetivo de levar ao interior do sistema de representação política a discussão sobre a plurinacionalidade” (Dávalos, 2004, p. 189); o MAS e o MIP na Bolívia²⁵.

Todavia, a institucionalização produz paradoxos: de um lado, tem um potencial transformador; de outro, apresenta limites. A participação do movimento *Pachakutik* da coalizão indígena-militar que elegeu Lucio Gutiérrez em 2002 e, posteriormente, em seu governo fez com que o movimento adotasse uma estratégia dual, articulando a luta institucional à não institucional (Ramírez, 2003, p. 45). A presença marginal do movimento no governo e sua incapacidade de alterar a agenda neoliberal levaram à deterioração e à ruptura da aliança, após 7 meses. Embora tenha resistido a medidas governamentais, como o aumento do preço do gás, “o movimento político Pachakutik é pego em suas próprias contradições: deve questionar o sistema político desde dentro, mas ao participar finalmente o legítima” (Dávalos, 2004, p. 190). Isso evidencia os limites do potencial transformador dessa forma de participação, que se dá com determinados aliados e numa determinada conjuntura²⁶.

A experiência zapatista é, nesse aspecto, uma das mais discutidas. O zapatismo não busca tomar o poder central, mas constituir territórios autônomos em relação a ele. Esses territórios, administrados por instâncias próprias (os *Caracoles*), distintas das estruturas oficiais, contam também com seu próprio exército²⁷. Porém, o zapatismo tem uma autonomia limitada, porque abrange uma parte muito pequena do país e não impede que o poder central refreie, política e militarmente, os avanços do movimento (Lemoine, 2007, p. 118). A ausência de um projeto político amplo (de caráter nacional ou mesmo regional) é um limite

²⁵ O MAS chegou ao poder na Bolívia em 2005, com a vitória de Evo Morales nas eleições presidenciais, com um programa que propunha a nacionalização dos hidrocarbonetos, a realização de uma Assembléia Popular Constituinte (de modo a possibilitar a participação dos setores tradicionalmente excluídos da política), e a reforma agrária. Seu vice-presidente, o sociólogo Álvaro García Linera, caracteriza o projeto de “capitalismo andino-amazônico”, que tem por base os pequenos produtores rurais e urbanos, artesãos, pequenos empresários, cooperativas de mineiros (García Linera, 2006, p. 208).

²⁶ A participação também pode ser discutida num outro registro, como forma de combater as instituições existentes, a exemplo das experiências impulsionadas pelo governo Chávez que, não obstante o fato de ocupar o poder central, incentiva a participação popular, nas missões e conselhos comunais, buscando articular a conquista do poder de Estado às mudanças na sociedade civil.

²⁷ A partir de 2003, todavia, verifica-se um processo de desmilitarização e fortalecimento da sociedade civil. González Casanova define os Caracoles como um projeto de “povos-governo” (2003, p. 18), que combina uma luta, a um só tempo, sistêmica (já que buscam a “reestruturação do poder de forma pacífica e dentro dos marcos da Constituição” – 2003, p. 22) e anti-sistêmica (uma vez que “a criação de municípios autônomos rebeldes começa a fortalecer a capacidade de resistência dos povos e sua capacidade de criação de um sistema alternativo” – 2003, p. 18). Essa distinção nos parece um tanto quanto problemática, na medida em que os zapatistas recusam os canais institucionais estabelecidos e possuem um potencial político desestabilizador, em virtude do qual provocam a reação estatal. Por outro lado, a luta por alternativas dentro do sistema não implicaria a participação no processo eleitoral?

apontado também por Almeyra (2008), que acrescenta a falta de autonomia econômica das comunidades zapatistas, que acabam dependendo do mercado de zonas não zapatistas e de outras instituições ligadas ao poder central.

O debate bibliográfico referente a Chiapas tende a caracterizar essa experiência como uma tentativa de “mudar o mundo sem tomar o poder” (Holloway, 2003). A renúncia à conquista do poder político baseia-se no suposto de que é possível dissolver as relações de poder sem atacar o poder estatal, de que é possível fazer a revolução sem tomar o poder de Estado. Mas como lembra Borón (2003b), se tomar o poder não basta para extinguir a dominação capitalista e instaurar a sociedade comunista, sem ele é impossível sustentar as mudanças produzidas na sociedade civil. Assim, Borón critica a tese segundo a qual a sociedade civil constitui a antítese do Estado: a primeira, dotada de todas as virtudes, seria um espaço de liberdade, enquanto o Estado, portador de todos os defeitos, seria unicamente um espaço de coerção. O autor também sustenta que a satanização do poder, expressa na idéia de antipoder²⁸, baseia-se na associação entre poder e capitalismo, como se para lutar contra este, fosse necessário recusar aquele (Borón, 2003b)²⁹.

A estratégia zapatista teria levado o movimento a se fechar em seus problemas internos e a se isolar de outros movimentos sociais mexicanos, como a APPO e os sindicatos independentes, com quem não aceita formar uma frente única de ação (Almeyra, 2008, p. 99). Essa estratégia culminou na *Otra Campaña*, promovida nas eleições de 2006 contra o voto no candidato do Partido da Revolução Democrática (PRD), Andrés Manuel López Obrador (AMLO). A campanha zapatista baseava-se no argumento de que “todos são iguais” e de que a participação nas eleições impede a luta, ao passo que uma parte importante do que Almeyra denomina movimento social “cívico” deu apoio à AMLO.

A *Otra Campaña* representa o ápice do que Borón (2003a) qualifica de “antipolítica do zapatismo”. A despeito de sua interessante e consistente crítica, antipolítica não nos parece uma expressão exata. Trata-se, antes, de uma política que apresenta elementos anarquistas³⁰ e, que, como aponta o próprio Borón acaba flertando com a tese neoliberal do triunfo da sociedade civil sobre o Estado e que se fundamenta numa leitura liberal de Gramsci, na

²⁸ A crítica à noção de antipoder é também feita por González Casanova por ser uma expressão vaga e imprecisa (2003, p. 17): induz à idéia de que os zapatistas defendem uma sociedade desprovida de autoridade, o que não procede, já que os zapatistas possuem um projeto de poder “desde baixo”. Todavia, as análises de González Casanova e Borón são distintas, como veremos a seguir.

²⁹ Tanto o zapatismo como o livro de Holloway são considerados por Tischler (2004) uma ruptura com os cânones clássicos da revolução e uma nova formulação (prática e teórica) dessa questão. Da mesma forma, constituem, para o autor, um rechaço do “uso dogmático, classificatório e formal” (Tischler, 2004, p. 84) da luta de classes, promovendo a substituição de um conceito “fechado” de luta de classes por um “aberto”. Concordamos aqui com Borón – que, sintomaticamente, é criticado por Tischler. Não se trata de negar a importância da luta travada no seio da sociedade civil, mas de questionar o potencial revolucionário da luta travada apenas nessa esfera.

³⁰ A análise de González Casanova (2003) difere da apresentada aqui: para este autor não se trata de adotar posições anarquistas e libertárias, mas de promover o autogoverno da sociedade civil. Nesse sentido, os zapatistas não negam o poder (pois exercem um contra poder), nem negam o Estado pois, embora não lutem pela tomada do poder estatal, buscam transformar o Estado a partir da sociedade civil. Não obstante a relevância dessa análise, a questão que nos parece fundamental é justamente a relação entre Estado e sociedade civil, de que trataremos na sequência. É possível transformar o Estado apenas a partir da sociedade civil, isto é, sem lutar pela tomada do poder? Esse é um motivo que, a nosso ver, justifica a identificação de elementos anarquistas na posição zapatista. Esses elementos se evidenciam também na opção pelo abstencionismo como forma de exprimir a rejeição à política burguesa.

medida em que sociedade civil X Estado são consideradas esferas independentes e antagônicas³¹.

O termo antipolítica também é empregado por Dinerstein (2003, p. 6) para se referir à crítica ao sistema de representação política por parte do movimento social argentino e por Campione e Rajland (2006, p. 300) para apontar a debilidade desse movimento. Segundo esses autores, tal debilidade reside no rechaço à política profissional, no culto ao micro/local/setorial, na recusa à luta pelo poder. Mas essas características não nos impedem de identificar um caráter político nos diferentes movimentos que compõem o caso argentino.

Os clubes de troca surgem em 1995, num contexto de aumento do desemprego. Os piquetes, que emergem em 1997, são utilizados por organizações de desempregados para demandar subsídios ao governo³². As empresas recuperadas surgem entre 1996 e 1998, em nome da manutenção de postos de trabalho e de mudanças no regime de propriedade. As assembleias de bairro surgem a partir da crise institucional de dezembro de 2001, para reivindicar mudanças no sistema político.

Os piqueteiros valem-se de uma forma de luta que atinge o processo de valorização capitalista, ao dificultar o transporte de mercadorias (Campione; Rajland, 2006, p. 311). Dividem-se entre os que buscam intervenção no sistema político formal, seja diretamente, através de organizações próprias, ou através dos partidos tradicionais, e os que se opõem a ele. Os primeiros geralmente fazem a intermediação entre os subsídios estatais (como os planos sociais e o financiamento de projetos produtivos), aos seus membros. Outros resistem a isso (Palomino, 2006).

Os trabalhadores de empresas recuperadas questionam, de formas diferenciadas, o direito de propriedade. O objetivo comum a todos os casos é, através da recuperação das empresas, manter a fonte de trabalho, de modo a assegurar a subsistência de seus membros. Mas a maneira de fazê-lo é distinta: alguns demandam ao governo um novo regime jurídico (mediante a reforma da lei de falências), a fim de ter proteção legal; outros (a maioria) constituem-se como cooperativas; e outros ainda (uma minoria) demandam a estatização sob controle operário³³.

As assembleias de bairro constituem uma nova forma de “apropriação do espaço urbano” (Palomino, 2006, p. 324) e buscam ser autônomas e independentes em relação aos partidos políticos. Promovem diversas atividades, como *merenderos* e *comedores*, centros de ajuda escolar, atividades culturais, ocupações para os desempregados, e implementam

³¹ Como afirmamos na nota anterior, a questão que nos parece fundamental diz respeito à natureza da relação entre Estado e sociedade civil. Essas esferas são distintas, idênticas ou a relação entre elas é dialética (uma relação de unidade e distinção, como sugere Liguori, 2003)? Se essas esferas estão relacionadas, por que atuar em apenas uma delas? É possível transformar o Estado apenas a partir da sociedade civil, isto é, sem lutar pela tomada do poder estatal?

³² Os piquetes surgem no interior do país e se irradiam sobretudo nas cidades petroleiras, após a privatização da YPF. Campione e Rajland (2006, p. 309 e 314) mostram que o movimento piqueteiro é constituído por organizações que são anteriores ao aumento do desemprego (sindicatos, assentamentos urbanos/movimentos de moradia, associações de aposentados) que, aos poucos, vão assumindo a bandeira do desemprego.

³³ Novaes aponta os limites das cooperativas, formato que mais tem se disseminado: buscam promover a humanização do espaço de trabalho, mas não acabam com a alienação e exploração do trabalho, nem com a dominação de classe. Embora haja “maiores possibilidades de participação dos trabalhadores no processo decisório [...] os trabalhadores não detêm o conhecimento técnico necessário para sugerir mudanças nos rumos das cooperativas”, de modo que acaba se constituindo uma nova “elite político-administrativa nas cooperativas” (Novaes, 2007, p. 126-127).

mecanismos para democratizar o processo decisório (como a rotatividade de coordenações, decisões tomadas por consenso e não por voto).

As estratégias e o próprio impacto dos movimentos argentinos mudaram com as alterações no cenário político. Após a eleição de Kirchner em 2003, verifica-se a desmobilização e o refluxo dos movimentos, em parte provocados pelo aprofundamento do clientelismo, que leva algumas organizações a se alinharem com o governo. Kirchner produziu “tanto a integração de organizações afins à matriz populista, quanto controlou, dividiu e disciplinou as agrupações mais mobilizadas” (Svampa, 2006a, p. 4).

O “retorno à normalidade” evidencia a incapacidade de se produzir uma nova alternativa político-social que levasse a mudanças no poder estatal (Svampa, 2006b). Não obstante esses limites, cumpre ressaltar que as implicações políticas desses movimentos perduram: “A virtude de uma mobilização popular como a de dezembro de 2001 na Argentina não reside em sua capacidade para ‘alterar a ordem social estabelecida’, mas primordialmente por sua capacidade de revelar e por em evidencia a violência intrínseca à imposição da (des)ordem capitalista” (Dinerstein, 2004, p. 245). Assim, a despeito da recomposição do poder político e estatal entre 2002 e 2003, possibilitada, de um lado, pela via eleitoral e pela cooptação, e, de outro, pelo recurso ao isolamento e à repressão³⁴ há uma mudança política substantiva, expressa na “recomposição das identidades políticas e sociais através da ação coletiva”, na “reapropriação do espaço público”, nas novas práticas políticas e na renovação do léxico relativo à mudança social, superando o vocabulário revolucionário ortodoxo (Dinerstein, 2004, p. 257-259).

Considerações finais

A novidade dos movimentos aqui mencionados não reside em seu sujeito, já que indígenas se manifestaram em outros momentos históricos, assim como camponeses e desempregados. A novidade também não reside em suas formas de luta ou em suas demandas, já que piquetes e barricadas são historicamente empregados pelo movimento operário. A novidade se deve à conjunção de todos esses elementos numa nova conjuntura, marcada pelo neoliberalismo.

As reivindicações e formas de ação dos movimentos revelam um conteúdo político variável. A despeito das críticas às instituições políticas existentes, das demandas por autonomia, não se trata de se opor ao âmbito organizativo, nem mesmo de recusar as relações com o Estado. Verificam-se desde a criação de novas organizações e práticas políticas, até demandas que, muitas vezes, passam pelo Estado (como financiamento público, mudanças na legislação – seja uma nova lei de falências, um novo regime jurídico para as empresas, ou do reconhecimento das autonomias indígenas).

A nosso ver, os conflitos sociais que conduziram a esses movimentos podem ser lidos à luz do pertencimento de classe. Nesse sentido, há uma articulação entre identidades étnicas e ocupacionais e condição de classe. A despeito das diferentes classes e identidades envolvidas, são movimentos de classes trabalhadoras (consideradas em sentido amplo, a fim de incluir as classes médias e os camponeses), que têm em comum o fato de partilhar uma ideologia antineoliberal.

Esse entendimento nos coloca frente à necessidade de considerar três elementos antes

³⁴ Ainda que o governo Kirchner opte por formas mais sutis de repressão e não pela violência física: a criminalização via judicialização dos conflitos, as campanhas midiáticas que visam diabolizar e estigmatizar os piqueteiros (Svampa, 2006, p. 75).

de concluir este texto. O primeiro diz respeito ao problema de se caracterizar a luta dos movimentos sociais como luta por inclusão ou por integração, pura e simplesmente (como fazem Coutinho et al., 2008). Trata-se de um equívoco analítico, ainda que os próprios movimentos muitas vezes se auto-reivindicam como tal. Inclusão supõe a concordância com o sistema político existente, com as relações de poder vigentes na sociedade, como se elas não estivessem na raiz da exclusão e como se não fosse necessário lutar por sua transformação. Esse tipo de análise aponta a integração social ou a correção do déficit de cidadania como saída para a exclusão, sem que os antagonismos de classe e o funcionamento do modo de produção capitalista sejam colocados em questão.

O segundo elemento diz respeito à forma de luta e ao papel do Estado. Como mencionamos no texto, a luta travada no plano da sociedade civil é extremamente importante, mas insuficiente. Não se trata de uma disputa meramente teórica, acerca de apoiar ou rejeitar os “cânones” da revolução. Trata-se de considerar o potencial e o alcance político das estratégias adotadas pelos movimentos. Desconsiderar as contradições da sociedade capitalista, as relações dialéticas entre Estado e sociedade civil, a reação da ordem e o Estado como foco privilegiado do exercício do poder numa sociedade de classes coloca os movimentos, por mais atuantes que sejam, diante de impasses e limites.

O terceiro elemento se refere ao protagonista das lutas e a seu projeto político. Apesar da dificuldade de construir a unidade na diversidade, de encontrar uma identidade de classe, um pertencimento comum em movimentos cujas bases sociais vivenciam formas variadas de dominação e exploração, recorrer à categoria humanidade (ou multidão) nos parece equívocado. Afinal, como definir a humanidade? Quem faz parte dela? Quais são seus interesses? Como são constituídos? Como contrapor a humanidade ao capital se uma parte da humanidade se beneficia da acumulação e da valorização do capital, da exploração do trabalho? Por que a burguesia, e mesmo setores da classe média, se oporiam à lógica do mercado e à mercantilização de esferas sociais cada vez mais amplas? Como afirma Borón (2003b) categorias como humanidade e multidão dissolvem as contradições de classe, apagam os fundamentos estruturais do conflito social. É por esses motivos que, a despeito da dificuldade de fazer uma análise e uma ação de classe, é importante considerá-la tanto na análise quanto na luta política. Pois a constituição e a atuação desses movimentos nos mostra que a contradição capital X trabalho está longe de ser superada.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões. *Lutas Sociais*, n. 17/18, 2006/7, p. 64-77.
- ALMEYRA, Guillermo. Los vaivenes de los movimientos sociales en México. *Revista del OSAL*, n. 24. Buenos Aires, outubro de 2008, p. 87-101.
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: Alvarez, Dagnino e Escobar (Org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BEROUD, Sophie et al. *Le mouvement social en France: essai de sociologie politique*. Paris: La Dispute, 1998.
- BORÓN, Atilio A. A selva e a polis: interrogações em torno da teoria política do zapatismo. *Filosofia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, p. 203-230, 2003a.

- BORÓN, Atilio. Poder, “contrapoder” y “antipoder”. Notas sobre um extravío teórico-político en el pensamiento crítico contemporáneo. *Chiapas* n. 15, 2003b.
- BRANCALEONE, Cássio. Em busca do “governo barato”? A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca como experimento de (re)criação política. *Lutas Sociais* n. 19/20. São Paulo, 2007/2008, p. 136-149.
- CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: Caetano, Gerardo (Org.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- CECEÑA, Ana Esther. Neoliberalismo e insubordinación. *Revista Chiapas* n. 4, 1997.
- CHESNAIS, François; Divès, Jean-Philippe. L’ “argentinazo”. In : Chesnais, François; Divès, Jean-Philippe. *¡Que se vayan todos! Le peuple d’Argentine se soulève*. Paris: Nautilus, 2002, pp. 31-63.
- COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. *Idéias*, n. 9, 2002, p. 49-104.
- COUTINHO, Marcelo Vasconcelos et al. Por que protestam? Uma nova sociedade no horizonte sul-americano. Comunicação apresentada no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Campinas, Unicamp, 2008.
- DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena, democracia, Estado y plurinacionalidad en Ecuador. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 10, n. 1, 2004, p. 175-202.
- DINERSTEIN, Ana Cecilia. Más allá de la crisis. Acerca de la naturaleza del cambio político en Argentina. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 10, n. 1, 2004, p. 241-269.
- _____. Power or counter power? The dilemma of the Piquetero movement in Argentina post-crisis. *Capital & Class*, n. 81, 2003, p. 1-7.
- DO ALTO, Hervé. De la Révolution Nationale à la victoire d’Evo Morales. Retour sur un demi-siècle de lutttes em Bolivie populaire (1952-2007). *Actuel Marx*, n. 42, Dossier L’Amérique Latine en lutte, hier & aujourd’hui, 2007, p. 84-96.
- EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, junho 2001.
- FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (Org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- GÁNDARA, Miguel Álvarez. Chiapas: nuevos movimientos sociales y nuevo tipo de conflictos. In: seoane, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp. 103-125.
- GOGOL, Eugene. La bataille d’Oaxaca: répression et résistance révolutionnaire. *Actuel Marx*, n. 42, Dossier L’Amérique Latine en lutte hier & aujourd’hui, 2007, p. 59-70.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Los ‘caracoles’ zapatistas. Redes de resistencia y autonomía. *Revista del OSAL*, n. 11, Buenos Aires, 2003, p. 15-30.

- HILSENBECK FILHO, Alexander M. Por um mundo onde caibam muitos mundos: o zapatismo e as não-fronteiras da resistência e da esperança. *Lutas Sociais* n. 19/20. São Paulo, 2007/2008, p. 108-120.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Contraponto, 2003.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. Ed. 34, 2003.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás; Sujetos e instrumentos de lucha en el capitalismo argentino contemporáneo (1975 – 2005). Texto apresentado no V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, Unicamp, 2007.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Verso, 1985.
- LEMOINE, Maurice. Le progress des gauches en Amérique Latine: gouvernements, mouvements sociaux et luttes indigènes. *Actuel Marx*, n. 42, Dossier L'Amérique Latine en lutte, hier & aujourd'hui, 2007, p. 111-125.
- LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: Coutinho, Carlos Nelson; Teixeira, Andréa de Paula (org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, n. 19, 1980, p. 199-226.
- MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de 'movimento social'. In: Leher; Roberto; Setúbal, Mariana (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOVAES, Henrique. Do tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. *Lutas & Resistências*, n. 2/3. Londrina, 1º e 2º semestre de 2007, p. 123-136.
- OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, vol. 52, n. 4, 1985, p. 817-67.
- PALOMINO, Héctor et al. A política e o político nos movimentos sociais na Argentina. In: Dagnino, Olvera e Panfichi (Org.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿ hay otras salidas? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 10, n. 1, 2004, p. 75-97.
- RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin; STEFANONI, Pablo. La montée au pouvoir des mouvements sociaux en Bolivie. Entretien avec Alvaro García Linera. *Mouvements*. n. 47/48. Paris, set-dez. 2006, p. 196-208.
- REGALSKY, Pablo. Bolívia na encruzilhada: o governo Morales e a política indígena. Outubro, n. 15, 2007, p. 45-78.
- SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, 65, 2005.
- SANJINÉS, Javier. Movimientos sociales y cambio político en Bolívia. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 10, n. 1, 2004, p. 203-218.
- STEFANONI, Pablo. El nacionalismo indígena como identidad política: la emergencia del MAS-IPSP (1995-2003). Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, 2002.

- STEFANONI, Pablo. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales, *Nueva Sociedad* n. 209, maio-jun. 2007, p. 46-65.
- SVAMPA, Maristela. La Argentina: movimientos sociales e izquierdas. *Entre voces*. Revista del grupo Democracia y Desarrollo Local, n. 5. Quito, janeiro 2006a.
- SVAMPA, Maristela. Le retour à la normale. *Mouvements*. n. 47/48. Paris, set-dez. 2006b, p. 73-81.
- TARROW, Sidney. *Power in movement*. Social movements, collective action and politics. Cambridge University Press, 1994.
- TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e sistema político: uma análise da literatura. Paper apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Campinas, Unicamp, 2008.
- TISCHLER, Sergio. La forma clase y los movimientos sociales en América Latina. *Revista del OSAL*, n. 13, Buenos Aires, 2004, p. 77-85.
- TOURAINE, A. The study of social movements. *Social Research*, vol. 52, n. 4, 1985, p. 749-87.
- VAKALOULIS, Michel. Les mouvements sociaux à l'épreuve du politique. In : Cours-Salies, Pierre; Vakaloulis, Michel (Org.) *Les mobilisations collectives: une controverse sociologique*. Paris: Presses Universitaires de Frances, 2003.
- VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: Leher; Roberto; Setúbal, Mariana (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.